

Ata nº 181 / XIII / 4.ª SL

Aos nove dias do mês de julho de 2019, pelas 15 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações Gerais

2. **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 86/XIII/4ª** - Aprova o Protocolo Adicional à Carta Europeia de Autonomia Local relativo ao direito de participar nos assuntos das autarquias locais, aberto a assinatura em Utreque, em 16 de novembro de 2009

- **Deputado autor do parecer:** João Gonçalves Pereira – CDS-PP

3. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 2221/XIII/4.ª (CDS-PP)** - Recomenda ao Governo a adoção de medidas legislativas e regulamentares destinadas aos idosos portugueses residentes no estrangeiro e aos emigrantes que se encontrem em situação de absoluta carência de meios de subsistência ou que evidenciam enorme fragilidade

4. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1708/XIII/3.ª (CDS-PP)** -Recomenda ao Governo que no âmbito da Resolução da AR n.º 232/2017, de 20 de setembro, atue junto das autoridades do Canadá no sentido de agilizar os procedimentos necessários ao aumento da quota de importação prevista no CETA

5. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 2061-XIII-4.ª (CDS-PP)** Recomenda ao Governo medidas urgentes e eficazes nas respostas de creches e lares de idosos para os filhos e ascendentes dos portugueses e lusodescendentes que regressem ou ingressem em Portugal oriundos da Venezuela

6. **Apreciação e votação do relatório da visita de trabalho a Londres e Manchester**

7. Aprovação de Atas

- N.º: 171, de 30 de abril de 2019
- N.º: 176, de 29 de maio de 2019
- N.º: 178, de 11 de junho de 2019
- N.º: 180, de 26 de junho de 2019

8. Audição do Embaixador de Portugal em Otava, João da Câmara – 15h30

9. Outros assuntos

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor Presidente da Mesa, **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, o qual, após ter saudado todos os presentes, efetuou um pequeno discurso de encerramento de legislatura, visto não poder presidir à última reunião da Comissão, agendada para dia 16 do presente mês. Em resposta os Deputados Coordenadores dos Grupos Parlamentares e restantes membros da Comissão teceram os seus comentários à presidência.

Findas as intervenções, o Senhor Presidente prestou aos Deputados as seguintes informações gerais, contidas no **Ponto 1 da OD**.

Foi transmitido que a última reunião ordinária desta Legislatura terá lugar a 16 de julho próximo, com a audição regimental de Sua Excelência., o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Foram alertados os Senhores Deputados que o Relatório de Atividades da Comissão, referente à corrente Sessão Legislativa, será votado na reunião de dia 16, condicionado, porém, à necessidade de nele incorporar atividades que irão decorrer posteriormente.

Transitados para o **Ponto 2 da OD**, foi apresentado o relatório da Proposta de Resolução n.º 86/XIII/4.ª, pelo Senhor **Deputado João Gonçalves Pereira** (CDS-PP), tendo o mesmo sido aprovado com os votos favoráveis dos Deputados presentes, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do BE e PCP.

De seguida, no **Ponto 3 da OD**, teve lugar a discussão do Projeto de Resolução n.º

2221/XIII/4.^a (CDS-PP), que recomenda ao Governo a adoção de medidas legislativas e regulamentares destinadas aos idosos portugueses residentes no estrangeiro e aos emigrantes que se encontrem em situação de absoluta carência de meios de subsistência ou que evidenciam enorme fragilidade. Neste âmbito usaram da palavra os Senhores Deputados:

João Gonçalves Pereira (CDS-PP), para proceder à apresentação do projeto de resolução, recordando a grave crise que grassa na Venezuela, país onde residem 300.000 portugueses e lusodescendentes. Referiu-se aos mais vulneráveis, os idosos e as famílias em situação de carência de meios de subsistência, para instar o Governo a flexibilizar o quadro-regulamentar dos apoios existentes, por forma a permitir que as candidaturas ao ASEC-CP e ASIC-CP possam ser efetuadas por familiares ou instituições que acompanhem o requerente.

Deputado José Cesário (PSD), para louvar a intenção do CDS-PP e apoiar a iniciativa, frisando que os mecanismos que venham a ser desenvolvidos com vista a implementar o disposto no projeto de resolução devem acautelar situações de abuso, tanto mais que casos desta ordem já ocorreram no passado. Mais disse que o ASEC-CP e ASIC-CP não estão capacitados para responder integralmente às necessidades das Comunidades Portuguesas, propondo que o Governo implemente outras modalidades de apoio, que poderão passar pelo movimento associativo na área da solidariedade social, complementando os programas existentes.

Deputado Paulo Pisco (PS), para manifestar a sua solidariedade com as preocupações expressas na iniciativa em apreço, concordando que a condição atual da Venezuela é dramática, necessitando de respostas excecionais. Mais disse que o Governo tem procurado corresponder a esta situação de exceção, destacando as 6 visitas efetuadas até à data pelo Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas. No mesmo sentido deu nota de que a resposta do Governo à presente crise inclui um conjunto alargado de apoios, esboçado à medida das capacidades e possibilidades do Estado Português, que ronda os 20.000.000€. Relembrou que o atual Governo optou por deixar de cobrar os emolumentos consulares na Venezuela, enviou perto de uma tonelada de medicamentos e apoiou uma rede de médicos clínicos naquele país. Realçou o papel do movimento associativo no apoio à comunidade portuguesa, incluindo nas presenças sociais. Concluiu, frisando que a flexibilização dos mecanismos está implementada,

dado que os responsáveis consulares já se encontram capacitados para efetuar uma avaliação *in loco* das necessidades do requerente.

Paulo Neves (PSD), para felicitar o relator pela iniciativa e lembrar que a Região Autónoma da Madeira está a ser particularmente afetada pela crise na Venezuela, contabilizando-se, à data, em mais de 10.000 os portugueses que regressaram daquele país e que recebem apoio do Governo Madeirense.

Terminada a discussão, prosseguiu-se para as matérias contidas nos **Pontos 4 e 5 da OD**, tendo sido submetidas a votação as propostas de redação final das iniciativas em título, ambas aprovadas pela unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

A final, no **Ponto 6 da OD**, usou da palavra o Senhor **Presidente** para apresentar o relatório da recente visita de trabalho realizada por uma delegação da Comissão às cidades de Londres e Manchester. Neste âmbito usaram da palavra os Senhores Deputados **Paulo Pisco (PS)**, **Paulo Neves (PSD)**, **Carlos Alberto Gonçalves (PSD)** e **João Gonçalves Pereira (CDS-PP)**. Na troca de impressões, foi realçada a relevância da visita, destacando-se as informações obtidas nas reuniões realizadas em Westminster, os encontros com a Comunidade Portuguesa e o apoio prestado à deslocação pela representação diplomática de Portugal no Reino Unido e equipa de apoio à Comissão. Finda a discussão, foi o relatório submetido a votação, tendo sido aprovado pela unanimidade dos Deputados presentes, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PCP e do BE.

No **Ponto 7 da OD**, foram revistas as diferentes atas elencadas supra, tendo todas sido aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do BE e do PCP).

Transitados para o **Ponto 8 da OD**, e após uma curta interrupção, teve início a audição do Senhor **Embaixador de Portugal em Otava, Dr. João da Câmara**. Após explanar a metodologia adotada para a presente audição, o Senhor Presidente cedeu a palavra ao Senhor Embaixador para a sua intervenção inicial.

O Senhor **Embaixador** iniciou a sua alocução caracterizando o Canadá como um país moderado, onde tudo é feito com ponderação, dando nota de que o atual Governo Liberal está em risco de perder as eleições agendadas para outubro do presente ano, podendo o Partido Conservador obter maioria absoluta, algo raro na história política daquele país. Frisou a robustez da economia canadiana, para esclarecer que a constante necessidade de mão de obra associada ao crescimento económico tem espoletado vagas de imigração para o Canadá, que mereceram o apoio do Governo em funções. Referiu que este aumento da imigração está no cerne da presente disputa eleitoral, com o Partido Conservador a apelar à moderação do fluxo migratório, uma mensagem que está a obter acolhimento junto da população. Deu nota da excelente relação bilateral que existe entre ambos os países, frisando que esta assenta primariamente em temas associados à diáspora portuguesa residente no Canadá, onde o diálogo é fácil, dado não existirem questões de relevo. Neste âmbito, informou ser seu objetivo expandir a relação a outras áreas, em particular de âmbito cultural e económico.

Finda a intervenção, usou da palavra o Senhor **Deputado José Cesário** (PSD) para salientar que a comunidade portuguesa no Canadá é caracterizada pela sua intervenção no espaço público, questionando se existe a mesma expectativa para as mais recentes gerações de emigrantes. Solicitou números concretos de portugueses deportados pelo Canadá e pediu um ponto de situação sobre a atual capacidade de resposta dos serviços consulares. Concluiu, concordando que o crescimento económico do Canadá está parcialmente alavancado na captação de mão de obra especializada, nomeadamente através de mecanismos similares aos vistos dourados. Neste sentido, questionou se está prevista a introdução de novas políticas de favorecimento à imigração ou se o modelo atual não irá ser alterado.

Em resposta o Senhor **Embaixador** confirmou o envolvimento político das novas gerações de migrantes portugueses, realçando a forte ligação da comunidade ao partido liberal. Esta ligação, referiu, é uma faca de dois gumes, pois confere um elevado grau de acesso ao poder quando o Governo é liberal, tendo o efeito contrário quando o partido conservador lidera o executivo. Relatou que apenas uma ínfima parte das deportações levadas a cabo pelas autoridades canadianas dizem respeito a cidadãos portugueses, identificando o nível de exigência do exame de inglês, obrigatório na obtenção de vistos de residência, como a principal causa de irregularidades documentais. Sobre a capacidade de resposta dos serviços consulares, reconheceu a existência de

dificuldades, fruto da aposentação de recursos humanos, frisando, contudo, que a estrutura consular está a adotar as medidas necessárias para sanear o tema. Concluiu, esclarecendo que falta estruturar o diálogo existente com o Canadá, dando como exemplo a última visita do Primeiro-Ministro, que embora tenha sido um sucesso, não produziu a dinâmica necessária no médio prazo.

De seguida usou da palavra a Senhora **Deputada Lara Martinho** (PS), para assinalar o peso histórico das relações entre o Canadá e Portugal, notando o aumento do fluxo comercial entre ambos os países após entrada em vigor do CETA. Questionou que balanço faz o Senhor Embaixador dos dois anos de aplicação deste acordo, referindo, em particular, o caso do queijo de São Jorge, um produto protegido no âmbito do acordo comercial em apreço, questionando sobre possíveis medidas que visem garantir as condições de acesso ao mercado canadiano, bem como o aumento da quota de exportação estipulada. Prosseguiu, constatando que dos 450.000 portugueses e lusodescendentes no Canadá, 70% são de origem açoriana, frisando o reforço dos meios consulares já efetuado, com impacto direto no ensino da língua materna e no diálogo com as autoridades canadianas. Aludiu às deportações de imigrantes não documentados para dar nota das sessões de esclarecimento que o Consulado tem vindo a desenvolver junto da diáspora, questionando se estão previstas outras medidas que permitam facilitar a aquisição de vistos de residência. Concluiu, referindo que o número de deportados diminuiu no último ano, salientando o contributo dos serviços consulares nesta matéria e manifestando a sua expectativa que o trabalho desenvolvido até à data tenha continuidade.

Finda a intervenção usou da palavra o **Senhor Deputado Paulo Pisco** (PS), para frisar que o Canadá é um país que aposta em políticas de imigração estruturadas, no entanto, nas últimas eleições chegaram ao poder candidatos com visões distintas sobre o modelo de gestão de imigração. Neste contexto, solicitou esclarecimentos sobre as diferentes abordagens que as províncias de Ontário e Quebec implementaram na gestão desta temática. Concluiu, aludindo à recente visita do Senhor Embaixador a Brampton, cidade onde recentemente foram atribuídas 40 bolsas de estudo pela Federação de Empresários e Profissionais Luso-Canadianos, e que conta com dois lusodescendentes na estrutura autárquica. Neste âmbito, inquiriu sobre o que pode ser feito para potenciar a relação existente entre a diáspora e Portugal.

Em resposta, o Senhor **Embaixador** referiu que o Canadá está ciente que o mercado dos Estados Unidos da América não é 100% fiável, razão pela qual tem procurado diversificar os vetores de exportações. É neste contexto que surge o CETA, que, na sua opinião, tem beneficiado a União, com um aumento de 15% nas trocas comerciais no caso Português. No que se refere ao queijo de São Jorge, relatou que o CETA permitiu o acesso facilitado ao mercado canadiano, e que as resistências existentes aplicam-se a todos os queijos europeus. Neste âmbito, informou que as autoridades europeias têm vindo a aprimorar detalhes com vista a agilizar os mecanismos de exportação definidos no tratado. Relativamente às sessões de esclarecimento sobre vistos de residência, informou que a estrutura consular tem procurado garantir presenças em todas as províncias onde a diáspora está representada. Quanto ao número de deportados, esclareceu que a disparidade noticiada este ano deve-se à forma de contabilização efetuada pelas autoridades Canadianas, tratando-se de um número pouco significativo. Expandiu sobre a matéria, informando que a dificuldade reside no exame de inglês, tendo algumas províncias implementado programas de regularização excecional para trabalhadores não especializados, que reduzem o grau de exigência do exame. Quanto à diferença entre províncias no que toca a políticas de imigração, informou que a província de Ontário elegeu um novo chefe de governo, Doug Ford, cuja retórica é fortemente marcada por um discurso anti-imigração. Mais disse que o mesmo discurso está presente na província de Quebec, embora com um tom moderado.

Finda a intervenção, o Senhor **Presidente** agradeceu a presença do Senhor Embaixador e deu por terminada a audição. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas dezasseis horas e trinta minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável [aqui](#) e [aqui](#).

Palácio de S. Bento, 16 de julho de 2019

O Vice-Presidente da Comissão,



(Carlos Alberto Gonçalves)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Jamila Madeira
João Fonseca
João Gonçalves Pereira
José Cesário
Lara Martinho
Marcos Perestrello
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
Berta Cabral
Fátima Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Maria Manuel Rola
Odete João
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 16/07/2019.